



Direcção Geral de Arquivos

Arquivo Distrital de Faro

Destaques:

-Projecto de cooperação com Angola: Um contributo para a formação de Técnicos Profissionais de Arquivo

-Arquivo Municipal de Olhão

-Arquivo da Entidade Regional de Turismo do Algarve

-Arquivista: “Velho do Restelo” ou profissional do seu tempo?

Alguns números sobre serviços prestados de Maio a Agosto de 2009

Nº de leitores: 758

Nº de docs. consultados: 3862

Nº de certidões emitidas: 220

Nesta edição:

Editorial

Projecto de cooperação com Angola: Um contributo para a formação de Técnicos Profissionais de Arquivo

Arquivo Municipal de Olhão

Arquivo da Entidade Regional de Turismo do Algarve

Arquivista: “Velho do Restelo” ou profissional do seu tempo?

Oferta de livros

Actividades pedagógicas

EDITORIAL

O Arquivo Distrital de Faro, neste ano de 2009, tem-se integrado na sociedade algarvia como uma entidade promotora de conhecimento e de inovação.

Foi um dos impulsionadores e organizador do “I Encontro de Arquivos no Algarve: valorização do Património Histórico do Algarve”, que se realizou nos dias 15 e 16 de Maio de 2009, em Alcoutim. Associando-se, para isso, com a Alcance, a Direcção Regional de Cultura do Algarve e a Câmara Municipal de Alcoutim.

Este evento científico/cultural que contou com 3 convidados e 11 comunicantes proponentes foi importante em dois planos, o primeiro teve a haver com a própria promoção do Encontro/Congresso na área dos arquivos no Algarve, o que para além da sua originalidade ajudou a divulgar as funções dos arquivos, o papel dos arquivistas e estimulou o dialogo entre historiadores e arquivistas. Outro plano prende-se com o próprio Encontro, com as comunicações e debates.

Das intervenções e das discussões podem-se extrair as seguintes conclusões:

1. As novas tecnologias e as oportunidades e os problemas que transportam à gestão e à difusão dos documentos de preservação definitiva. Processos que por um lado podem levar o documento à casa do investigador e, por outro, levantar dúvidas e problemas quanto à preservação definitiva dos documentos originados em ambiente digital e aí conservados.

Também o conflito latente de quem quer preservar e de quem procura ter acesso ao documento original devido, normalmente, às dificuldades de leitura, tem sido melhor resolvido através dos processos digitais directamente sobre os originais em suporte de papel ou de pergaminho.

A importância de se saber utilizar as diversas ferramentas via internet, tais como as aplicações da Web 2.0, na difusão e divulgação dos arquivos e dos seus documentos.

2. A gestão integrada dos arquivos, para além de aumentar a eficiência e eficácia das instituições, é também um seguro de vida à salvaguarda dos documentos de conservação permanente

(continua na página 2)

3. O papel dos investigadores como utentes interessados e exigentes dos arquivos estimulam e aumentam a responsabilidade da instituição arquivística no que diz respeito à disponibilização de todos os seus fundos através de bons instrumentos de descrição, da divulgação dos documentos através de publicações em papel de originais ou paleografados ou por processos digitais.

4. A salvaguarda e organização dos arquivos da Igreja do Algarve como preservação da memória e da convivência entre o religioso e o profano, são de grande importância para a história tanto da igreja como da sociedade.

Para além do levantamento do que já foi efectuado, ainda muito insuficiente, será fundamental o trabalho em rede com as instituições da área de influência das paróquias, tal como realização de protocolos com as autarquias. Para além de se colocar, também, a hipótese da incorporação dos documentos das paróquias no Arquivo da Diocese, onde com melhores condições físicas, ambientais e de organização arquivística estes poderão ser melhor preservados para os vindouros e também se abrirem de forma mais democrática à investigação.

5. A Intervenção do cidadão na identificação e sinalização de património cultural potencialmente classificável está previsto na própria lei 107/2001 de 8 de Setembro que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural.

O cidadão deverá conhecer os mecanismos ao seu dispor para identificar e sinalizar património cultural potencialmente classificável, sendo necessário que, também, exista o interesse em envolver o cidadão neste processo. O empenhamento dos arquivistas na promoção de uma política de cidadania activa e de intervenção nesta área será fundamental para a preservação e salvaguarda do património arquivístico.

6. Os arquivistas defrontam-se com grandes desafios, tais como a necessidade de centrar o serviço de arquivo numa única unidade orgânica, de promover a implementação da Gestão de Qualidade e de apoiar o progresso da Gestão Documental Electrónica nas diversas instituições algarvias, tal como desenvolver projectos no âmbito da Extensão Cultural, área em crescente desenvolvimento.

O Arquivo Distrital de Faro também tem procurado estreitar os laços cooperantes com outras instituições algarvias como é o caso da Globalgarve, que para além de já ter a nossa Página Electrónica nos seus servidores, também se encontra actualmente a desenvolver uma nova Página, mais funcional e dinâmica, de forma a servir melhor o Algarve.

Por fim referiremos três projectos desenvolvidos na Direcção Geral de Arquivos (DGARQ) e para os quais o Arquivo Distrital de Faro procura agregar os meios necessários para os implementar. Podemos descrevê-los sucintamente do seguinte modo:

- Digitalização, tratamento e envio dos objectos digitais para a Web. Como exemplo podemos salientar o caso dos documentos paroquiais (baptismo, casamento e óbito) do Algarve já digitalizados, sendo, no entanto, necessário fazer-se o tratamento das imagens e a sua colocação na Web, para isso será necessário recursos humanos disponíveis para o realizar, sendo possível acelerar este processo através de protocolos com as autarquias, recebendo estas todas as imagens pertencentes aos seus concelhos.

- Emissão de certidões digitais, tais como as paroquiais e as notariais, com assinatura digital, tendo estas, de acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 3º e nos artigos 5º, 6º, 7º do Decreto-Lei 62/2003 de 3 de Abril, o mesmo valor das emitidas em suporte papel e assinadas manualmente, o mesmo para os países europeus que aderiram à Directiva 1999/93/CE de 13 de Dezembro.

- A DGARQ passou a ter, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 3 do art.º 2º do Decreto-Lei n.º 93/2007, de 29 de Março, competências para “superintender técnica e normativamente e realizar acções de auditoria em todos os arquivos do Estado, autarquias locais e empresas públicas, bem como em todos os conjuntos documentais que, nos termos da lei, venham a integrar o património arquivístico e fotográfico protegido”. O Arquivo Distrital de Faro que já este ano, 2009, foi envolvido como observador, irá previsivelmente em 2010, com a devida formação dos seus técnicos, também efectuar auditorias.

João Sabóia

Director do Arquivo Distrital de Faro

Projecto de cooperação com Angola: Um contributo para a formação de Técnicos Profissionais de Arquivo

No âmbito de um projecto estratégico de cooperação entre a Direcção Geral de Arquivos e o Arquivo Nacional de Angola, com o apoio do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, está em curso desde o dia 3 de Agosto de 2009 um programa de formação para Técnicos Profissionais de Arquivo. Em simultâneo decorrem, um Curso de formação de Técnicos Profissionais de Arquivo e dois Cursos de Especialização ministrados aos alunos que frequentaram o I Curso de Técnicos Profissionais de Arquivo, no ano de 2008. O principal objectivo, dos cursos de especialização, será o de consolidar e alargar conhecimentos através de formação específica nas áreas de Transferência de suportes e Informática aplicada aos Arquivos. Todos os trabalhos são desenvolvidos nas Instalações do Arquivo Nacional de Angola, em salas de formação adaptadas para o efeito.

Estão envolvidos neste projecto de cooperação quatro Técnicos especializados em diferentes áreas, ligados aos quadros da DGARQ que irão orientar a formação de 46 formandos.

Os formandos são oriundos de várias organizações privadas, bem como de Instituições da Administração Pública, procurando, na estrutura curricular destes cursos, encontrar utilidade que lhes permita desenvolver projectos específicos na área da gestão da informação, com o objectivo de gerar soluções que resolvam problemas diagnosticados ou permitam consolidar e otimizar práticas de gestão de arquivos que começaram a ser implementadas. Com o intuito de responder a esta diversidade de necessidades, os Formadores tentam estabelecer uma ponte entre os conteúdos leccionados e o contexto laboral de cada

formandos exercem funções, tentando realizar algumas sessões de formação nos espaços das mesmas.

De facto, o principal desafio que se coloca aos formadores, reside na necessidade de encontrar uma resposta pragmática para cada realidade laboral, responsabilizando os formandos no próprio enquadramento dos conteúdos leccionados. Desta forma, poder-se-á potenciar o alcance da aprendizagem, tornando os conteúdos apreendidos úteis em contexto laboral.

Angola é, actualmente, um país em franco desenvolvimento. O próprio “edifício legal” está em construção. Consequentemente, também o enquadramento legal de uma Rede Nacional de Arquivos dá os seus primeiros passos, com a aprovação do diploma legal que estabelece o Estatuto Orgânico do Arquivo Nacional de Angola que se constituirá como o primeiro instrumento de regulação de uma política nacional de arquivos.

Este projecto de cooperação será mais um contributo para o desenvolvimento de Angola que se augura próspero e frutífero.

Luanda, 26 de Agosto de 2009

Paulo Mariz Lourenço

Arquivista do Arquivo Distrital de Faro



Arquivo Municipal de Olhão

O Arquivo Histórico Municipal de Olhão, localizado, desde Agosto de 2008, na Rua Teófilo Braga n.º 45-47, tem à sua guarda cinquenta e quatro fundos documentais totalmente inventariados e disponíveis à consulta do público. Entre eles destacam-se o da Câmara Municipal de Olhão e do Administrador do Concelho, o do Grémio de Industriais de Conservas de Peixe do Sotavento do Algarve e o do Instituto Português de Conservas e Pescado e os fundos privados do Francisco Fernandes Lopes e do poeta João Lúcio, testemunhos da elite intelectual que Olhão abraçava desde o fim do século XIX até às primeiras décadas do século XX e que se prolongou até à contemporaneidade com nomes como Abílio Gouveia e Diamantino Piloto, espólios igualmente à guarda do Arquivo Histórico de Olhão.

As actuais instalações permitem-nos disponibilizar a consulta da documentação, ao público, na sala de leitura, a reprodução de documentos, tendo sempre em conta alguns critérios que visam a salvaguarda do espólio, e a consulta de obras de referência e obras de interesse local, na biblioteca de apoio. Disponibilizamos também inventários, para todos os fundos inventariados, e um guia geral da documentação. Brevemente passaremos também a oferecer algumas iniciativas que visam divulgar e promover o nosso espólio, recorrendo para isso também ao serviço educativo.

Em termos físicos o Arquivo Histórico tem sido regularmente alvo de pequenos melhoramentos, nomeadamente com a aquisição de novo mobiliário, computadores e um scanner, de alta definição, o que permitiu uma melhoria substancial quer no serviço, quer na aparência do próprio espaço, que

lhe veio conferir uma maior dignidade.

O restante espólio, grande parte da fase intermédia, encontra-se disperso pelo próprio edifício da Câmara e por outros edifícios camarários ou alugados à Câmara. Grande parte dos serviços usa o mesmo classificador - não muito longe daquilo que se pretende que seja um plano de classificação - porém está em desenvolvimento um novo que se prevê que entre em vigor já em Janeiro do próximo ano.

Actualmente está em curso a implementação da aplicação informática que visa gerir a documentação produzida e entrada na câmara, o *Sistema de Gestão Documental*. Todo este processo pretende fazer uma gestão integrada da documentação e das várias fases do arquivo, acautelando e acompanhando todo o percurso do documento desde a sua produção até à chegada ao arquivo histórico.

Helena Vinagre

Arquivista da Câmara Municipal de Olhão

Morada: Rua Teófilo Braga, n.º 45, 47

8700 Olhão – PORTUGAL

Telefone: +351 289 700 145

E-mail: arquivo.historico@cm-olhao.pt

Horário de atendimento ao público: das 14:00 às 18:30h



Arquivo da Entidade Regional de Turismo do Algarve

O regime jurídico das Áreas Regionais de Turismo de Portugal foi estabelecido pelo decreto-lei nº 67/2008 de 10 de Abril visando a reorganização das regiões de turismo. Os Estatutos da Entidade Regional de Turismo do Algarve (anteriormente Região de Turismo do Algarve) foram definidos pela Portaria nº 936/2008, de 20 de Agosto.

A Entidade Regional de Turismo do Algarve é uma pessoa colectiva de direito público de base territorial correspondente à área dos 16 municípios do Algarve, dotada de autonomia administrativa, financeira e património próprio. Tem por missão a valorização turística do Algarve, através da qualificação do território, da promoção e da dinamização do destino, em cooperação com os sectores público e privado, para benefício da economia e da qualidade de vida da região e do País.

Remonta ao ano de 1970 a criação da Comissão Regional de Turismo do Algarve, na sequência do desenvolvimento que se vinha já verificando nos últimos anos na região algarvia. Tornava-se, portanto, urgente criar um organismo que gerisse o desenvolvimento turístico que se avolumava. Para além das atribuições gerais das regiões de turismo, a do Algarve teve, aquando da sua criação, a enorme missão de executar o Plano de Obras e Infraestruturas Urbanística de Interesse Turístico (abastecimento de águas, saneamento e estradas).

Actualmente, a Entidade Regional de Turismo do Algarve tem visto reconhecido o seu empenho na promoção interna da região, nomeadamente através do aumento exponencial do número anual de visitantes e do acréscimo verificado ao nível da oferta e da qualidade da mesma. Tal facto veio desenca-

dear o crescimento das actividades do organismo e estas, por consequência, originaram uma proliferação de documentos.

O arquivo da ERTA integra, hoje em dia, no seu acervo documentação desde a antiga Comissão Regional de Turismo até aos dias de hoje e, em resultado dessa situação, existe um grande volume de documentação no seu arquivo que é preciso gerir, organizar e tratar.

Por esse motivo, o arquivo do organismo está, presentemente, a sofrer profundas alterações que visam a organização, preservação e difusão do património arquivístico que o mesmo integra. Em 2006 teve início o projecto de organização do arquivo da ERTA, que coincidiu com a contratação de um técnico de arquivo, e que ficou marcado pela criação da portaria de Gestão de Documentos que viria regular a eliminação da documentação que se encontrava acumulada. Seguiu-se a elaboração do plano de classificação de documentos que viria facilitar a gestão e organização adequada de toda a documentação até à sua eliminação.

Com a criação de instrumentos de gestão documental passou a ser possível eliminar documentos que não possuam valor secundário (embora ainda não tenha tido lugar qualquer eliminação) para a instituição e fazer o controlo dos espaços destinados ao arquivo de documentos que se encontravam, até aqui, congestionados e impediam o controlo da documentação produzida.

Após a conclusão da primeira fase de intervenção, que visou essencialmente a organização física e intelectual dos documentos, novas etapas se seguem nomeadamente, a criação de condições físicas adequadas no depósito de arquivo, o acompanhamento ao novo sistema de gestão documental

recentemente implementado na instituição, a aplicação da tabela de selecção e, posteriormente, o tratamento da documentação que ficará em arquivo definitivo.

Isabel Dias

Arquivista da Entidade Regional de Turismo do Algarve



Morada: TURISMO DO ALGARVE, Avenida 5 de Outubro, n.º 18, 8000-076 Faro – PORTUGAL

Telefone: +351 289 800 427/462

Fax: +351 289 800 489

E-mail: expediente@turismodoalgarve.pt ;

isabel.dias@turismodoalgarve.pt |

Horário de funcionamento: das 9:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:30h

Arquivista: “Velho do Restelo” ou profissional do seu tempo?

Lá se vai o tempo em que o arquivista era um mero depositário da documentação histórica da instituição onde desempenhava funções. Ficava no fim do circuito documental, muito sereno, à espera que as várias unidades orgânicas “despejassem” o seu “arquivo morto”, para depois muito laboriosamente realizar instrumentos de descrição (guias, inventários e índices sobretudo) que disponibilizava ao seu público leitor, quase sempre ligado à investigação histórica.

Essa visão algo dantesca e creio que ultrapassada do profissional da área de arquivo, confronta-se nos dias de hoje com alguns desafios que marcarão decisivamente a imagem e o padrão de qualidade da sua actuação ao serviço das organizações modernas.

Desde há uns anos que se vem assistindo à sua maior intervenção na gestão documental (da documentação em fase activa), colaborando na realização de instrumentos de gestão arquivística essenciais, como o plano de classificação onde se define a organização intelectual da documentação administrativa da organização (que normalmente se traduz na organização física igualmente) ou a tabela de avaliação, que define os prazos de retenção e destinos finais (conservação permanente ou eliminação).

Cada vez mais se põe a tónica na gestão integrada de arquivos, deixando cair a ultrapassada visão bipolar do arquivo de que ainda se podem ver resquícios nalgumas instituições: por um lado a gestão administrativa da documentação, cada vez mais assente em aplicações informáticas de gestão documental, por outro, o lado cultural da documentação

de conservação permanente, não raras vezes apelidada de histórica. E por vezes unidades orgânicas com dependências diversas funcionando de costas voltadas, como se não estivéssemos nós a falar da documentação pertencente à mesma organização, ao mesmo fundo documental.

O arquivista ganhou competências de gestor, que tem poucos recursos e é obrigado a fazer opções. Não só ao nível dos recursos mas também da informação que tem de gerir. Longe vão os tempos em que mais como conservador ou guardião da memória acabava por “guardar” quase tudo o que era produzido pela instituição. O próprio Estado tem essa percepção, que mais vale gerir bem o essencial que mal tudo, daí o incentivo à publicação dos regulamentos de arquivo ou portarias de avaliação e selecção. Contudo verificamos que não tem sido uma prática reiterada dos organismos, o que dificulta sobremaneira a gestão da sua informação. Ao lado disso alguma desconfiança no desempenho do técnico de arquivo como promotor da criação e aplicação desses instrumentos de gestão arquivística, algo que aqui procuro desmistificar.

Por outro lado, o gestor de informação não deve viver isolado ou de costas voltadas para o que passa em seu redor. Tem de aproveitar a partilha de recursos, de informação e de experiências profissionais. Tradicionalmente as relações de parceria viravam-se mais para a História (Paleografia e Diplomática incluídas), o Direito, a Administração, entre outras. Actualmente tende a procurar estabelecer elos com profissionais ligados à Engenharia de Sistemas e Informática, muito por culpa das necessidades actuais das organizações de se dotarem de ferramentas que façam a gestão vertical de toda a sua informação numa lógica de interoperabilidade. O

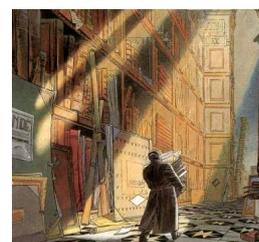
O mercado das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) percebeu esta necessidade e “prontificou-se” a fornecer serviços e aplicações nessa área (como sabemos abundam no mercado inúmeras soluções de SGD). Todos eles asseguram uma Terra Prometida, mas quase todos com lacunas nalguns requisitos que o arquivista/gestor da informação reconhece como essenciais, nomeadamente na falta de metainformação (vulgarmente compreensível como informação acerca da informação) de contexto tecnológico e institucional de produção dos documentos electrónicos e do código fonte dos próprios sistemas e aplicações por forma a garantir a sua acessibilidade, recuperação e preservação a longo prazo. Porque mesmo na Era Digital não deixamos a nossa tradicional via de conservadores. As tabelas de avaliação e selecção (das portarias) não diferenciam o suporte papel do digital, quando estabelecem que determinada série documental é de conservação permanente.

Como é do conhecimento destes zelosos profissionais de informação é no momento da concepção, antecipando a sua intervenção tradicional só no fim da cadeia documental, que estas questões têm todas de ser previstas.

Alguns documentos publicados recentemente pela DGARQ (e disponíveis online na sua página electrónica: www.dgarq.gov.pt) reflectem muitas destas preocupações dos arquivistas.

Miguel Vargas

Arquivista do Arquivo Distrital de Faro



Oferta de livros para a Biblioteca do Arquivo Distrital de Faro

O Arquivo Distrital de Faro recebeu seis obras que contribuirão para o enriquecimento da sua biblioteca. Este organismo exorta o empenho e disponibilidade dos autores para a construção do edifício cultural da região algarvia, agradecendo encarecidamente este contributo.

González Cruz, David, Coord. (2008). *Religi3n y conflictos bélicos en Iberoamerica*. Sevilla: Universidad Internacional de Andalucía



Guerra, Ant3nio Joaquim Ribeiro (2003). *Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII: Gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Centro de Hist3ria da Universidade de Lisboa.



Dias, Jo3o Jos3 Alves Dias, Org. (2002). *Cortes portuguesas: Reinado de D. Manuel I: (cortes de 1498)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Centro de Hist3ria da Universidade de Lisboa.



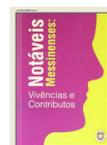
Cosme, Jo3o e Varandas, Jos3 (2009). *Mem3rias paroquiais: 1758: volume I: [Aba33o-Alcaria]*. Lisboa: Caleidosc3pio; Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Centro de Hist3ria da Universidade de Lisboa.



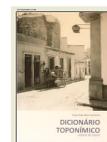
Nogueira, Bernardo S3 Nogueira (2005). *Portugaliae tabellionum instrumenta: Documenta33o notarial portuguesa: I-1214-1234*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Centro de Hist3ria da Universidade de Lisboa.



Louren3o, Jos3 V3tor e outros, Org. (2009). *Not3veis messinenses: Viv3ncias e contributos*. S3o Bartolomeu de Messines: Junta de Freguesia.



Palma, Jorge Filipe Maria de (2009). *Dicion3rio topon3mico: Cidade de Loul3*. Loul3: C3mara Municipal.



FICHA T3CNICA:

Direc33o Geral de Arquivos — Arquivo Distrital de Faro. Rua Coronel Ant3nio dos Santos Fonseca 8000-257 Faro, telef./ 289 810 640, Fax/ 289 801 525

S3tio na Internet — <http://adfar.algarvedigital.pt> e-mail — mail@adfar.dgarq.gov.pt

Conselho Editorial: Jo3o Sab3ia; Miguel Vargas e Paulo Mariz

Colaboradores nesta edi33o: Jo3o Sab3ia; Paulo Mariz; Helena Vinagre; Isabel Dias e Miguel Vargas

ISSN 1647-1725

OFICINAS EDUCATIVAS

Uma proposta de aventura, para uma manh3 ou um dia, numa mistura de investiga33o (quase policial), charada e estudo! Explorar a informa33o dos documentos de arquivo: (anotar os contactos e mencionar o procedimento a efectuar para realizar a inscri33o).

- “Seguindo o rasto de uma fam3lia algarvia ...”

ou

- “Espreitando as profiss3es dos homens e das mulheres algarvios na 2ª metade do s3culo XIX.”



Para marca33es e inscri33es contactar:

Arquivo Distrital de Faro

Rua Coronel Ant3nio dos Santos Fonseca 8000-257 Faro

Telef. / 28 981 06 40

Fax / 28 980 15 25

Endere3o electr3nico: mail@adfar.dgarq.gov.pt